

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

CONTRATANTE (UASG)

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (925401)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico e renovação de garantia, na modalidade HPE Tech Care Critical, aplicável aos equipamentos do Data Center do TCMGO, por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 296.991,36 (duzentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 às 14h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8.	DOS RECURSOS	15
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	19
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042716.2026.246.0.00000.0000

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO** realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico e renovação de garantia, na modalidade HPE Tech Care Critical, aplicável aos equipamentos do Data Center do TCMGO, por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para às microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal de Contas ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público deste Tribunal de Contas, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe e apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total para cada item ou grupo de itens, em moeda corrente nacional;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao definido no Termo de Referência.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos incidentes quando aplicáveis, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.5.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$1,00 (um real), no tempo mínimo de 2 (dois) minutos.

5.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término do prazo estabelecido no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

6.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 5.18 deste edital.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico e, excepcionalmente, por e-mail (comissão.contratacao@tcmgo.tc.br) quando não for possível fazê-lo via sistema eletrônico.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.5.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.6. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.7. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.5.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, para:

7.7.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.7.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.7.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública

7.8. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.5.1.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra ou comprovação exigida;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: comissao.contratacao@tcmgo.tc.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tcmgo.tc.br/site/transparencia/licitacoes/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Contrato;

11.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços.

11.11.4. ANEXO IV – Termo de Compromisso às Normas de Segurança Vigentes no TCMGO.

Goiânia, 09 de junho de 2026.

Vinícius Bernardes Carvalho
Pregoeiro

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042716.2026.246.0.00000.0000

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente contratação é a prestação de serviços especializados de suporte técnico e renovação de garantia (modalidade Tech Care Critical) para a infraestrutura crítica de Data Center do TCMGO, abrangendo hardware e software do fabricante HPE constantes a seguir:

CATSER	Qtde.	Produto	Descrição	Serviço	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
27740	HPE Hardware Tech Support				R\$ 296.991,36	R\$ 296.991,36
	1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Manutenção		
	1	P22139-B21-1	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção		
	1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção		
	1	R9W59C-1	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção		
	1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção		
	HPE Remote Tech Support					
	1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Suporte		
	1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Suporte		
	1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Suporte		

1.2. Estima-se que a contratação venha suprir as necessidades de serviços de garantia e suporte, de *hardware* e *software*, do *Data Center* do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS (TCMGO), equipamento considerado imprescindível e

essencial para o desempenho das atividades institucionais, cuja ausência ou indisponibilidade, mesmo que temporária, produziria um impacto direto nas atividades realizadas nesta Corte de Contas.

1.3. A presente contratação procura manter, de forma continuada e eficaz, todos os serviços supracitados por um período de **36 (trinta e seis) meses**, com previsão de possível renovação de acordo com o Capítulo V – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei N° 14.133 de 2021.

1.3.1. O contrato resultante desta contratação conterá cláusulas que disciplinam, de forma detalhada, as regras aplicáveis à sua vigência, prorrogação e eventual repactuação, observando-se as disposições legais e regulamentares vigentes.

1.3.2. Destaca-se ainda que, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosas para Administração, é preferível a prorrogação, a fim de desonerar da Administração Pública com novas licitações.

1.4. A escolha pela renovação de suporte específico da marca HPE fundamenta-se na necessidade de manter a compatibilidade com a infraestrutura de Data Center 100% proprietária já instalada. A substituição por outra marca ou a contratação de suporte não oficial implicaria em custos desproporcionais de substituição de ativos e riscos elevados à continuidade de serviços críticos. Ademais, a competitividade resta preservada, uma vez que o suporte HPE é comercializado por múltiplos canais autorizados no mercado nacional.

1.5. Em caso de conflito entre a descrição dos itens constantes do catálogo do Governo Federal (CATMAT/CATSER) e as especificações deste Termo de Referência, prevalecerá a descrição constante neste documento, conforme permitido pela legislação aplicável.

1.6. O contrato resultante desta contratação conterá cláusulas que disciplinam, de forma detalhada, as regras aplicáveis à sua vigência, prorrogação e eventual repactuação, observando-se as disposições legais e regulamentares vigentes.

1.7. As licenças de *software* constantes deste Termo de Referência devem ser fornecidas em sua versão mais recente.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

1.9. O objeto da contratação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por envolver bens e/ou serviços usuais no mercado, com especificações padronizadas e desempenho objetivamente definido.

1.10. A contratação será formalizada com previsão de vigência de 36 (trinta e seis) meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A STI é responsável por processos integrados à infraestrutura que são fundamentais para a atividade fim da Instituição.

2.2. Os serviços pleiteados são indispensáveis para manter o funcionamento dos equipamentos responsáveis pela preservação da estabilidade, segurança e a funcionalidade de soluções de alta criticidade, para citar alguns:

2.2.1. Sistemas institucionais (Serviços de Diretório de Usuários, Arquivos, bases de dados, E-SIPROC, Colare, SAG Digital, dentre outros);

2.2.2. Backup de dados da instituição;

2.2.3. Acesso à internet.

2.3. Posto isso, a STI entende como crítica a continuidade do suporte técnico para os equipamentos da fabricante HPE.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.1. A vedação de subcontratação do objeto é imperativa e fundamentada na natureza específica da contratação.

4.1.2. O modelo de contratação exige que a garantia seja provida por um único fornecedor, devidamente habilitado pela fabricante;

4.1.3. A proibição da subcontratação visa:

- a. Garantir a rastreabilidade e a integralidade da responsabilidade perante o TCMGO, assegurando que o fornecedor adjudicatário responda integralmente pelos serviços contratados, evitando a diluição da responsabilidade.
 - b. Manter a conformidade com os requisitos de segurança e as boas práticas de governança de dados inerentes ao licenciamento de software para a Administração Pública, mitigando riscos de acesso e uso indevido.
 - c. Assegurar que o objeto contratual, essencial para a continuidade operacional, seja executado e entregue diretamente por parte da empresa que demonstrou a qualificação técnica exigida.
- 4.2.** Haverá exigência de garantia da contratação, de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.1.** Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante, no momento da habilitação, deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de objeto compatível com o item ou grupo licitado.
- 4.2.2.** O atestado ou declaração deverá conter, obrigatoriamente:
- a. O nome da empresa ou órgão contratante;
 - b. O nome do responsável pela emissão;
 - c. O contato do responsável, contendo e-mail e/ou telefone.
- 4.2.3.** Serão aceitos um ou mais atestados que, somados ou individualmente, comprovem a experiência na manutenção dos itens que compõem o Data Center (servidores, blades e aceleradores), independentemente de terem sido executados em um único contrato simultâneo.
- 4.2.4.** A proposta de preço da licitante deverá vir acompanhada de documentação técnica (eletrônica) que comprove o atendimento de todos os requisitos do Edital.
- 4.2.5.** Considera-se objeto compatível aquele que compreenda a prestação de garantia de peças para Data Center, com características técnicas equivalentes ou superiores às especificadas no objeto desta contratação, incluindo a reposição,

manutenção e suporte de componentes de hardware de servidores, módulos computacionais e aceleradores, bem como serviços de suporte técnico local ou remoto, destinados a assegurar a continuidade operacional e a confiabilidade da infraestrutura crítica de tecnologia da informação.

- 4.3.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados.
- 4.4.** Os critérios de sustentabilidade encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar.
- 4.5.** Para fins de cumprimento do SLA de atendimento local (on-site) em 4 horas, a licitante vencedora deverá comprovar que dispõe de meios logísticos (sede, filial ou parceria técnica) na Região Metropolitana de Goiânia ou Brasília. Essa comprovação deverá ocorrer obrigatoriamente no ato da assinatura do contrato, como condição de eficácia para o início da prestação dos serviços.
- 4.6.** Opção de contratação por meio da realização de procedimento de pregão, na forma eletrônica, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço, sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Integram os serviços:

- 5.1.1.** Fornecimento de mão de obra.
- 5.1.2.** Substituição de partes e peças.
- 5.1.3.** Manutenção preventiva e corretiva, a serem realizadas de forma remota ou on-site, a depender da criticidade da intervenção.
- 5.1.4.** Atualização dos softwares e firmwares.
- 5.1.5.** Durante o período de suporte, os serviços relacionados a problemas de software, deverão ser com atendimento telefônico ou por e-mail, com tempo de resposta segundo os “Níveis de Serviços Demandados” para abertura do chamado, o qual deve ser possível de ser aberto em central telefônica no Brasil, com telefone 0800 (ligação gratuita) e atendimento em Português, durante as 24 horas do dia,

7 dias por semana. Devem ser fornecidas juntamente com a proposta técnica, informações básicas sobre o funcionamento deste serviço (telefone de contato, procedimentos necessários, e outros).

- 5.1.6.** Atendimento aos níveis mínimos de serviço previstos.
- 5.1.7.** Atendimento realizado pela própria CONTRATADA e/ou sua rede autorizada de serviços de acordo com os mais rigorosos padrões de qualidade e certificação.
- 5.2.** Os serviços de suporte técnico on-site deverão ser prestados nas dependências do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás durante o período do contrato. Todos os produtos deverão ser novos de primeiro uso e originais do fabricante.
- 5.3.** Todos os equipamentos serão entregues devidamente identificados, acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e em perfeitas condições para a instalação.
- 5.4.** Para todos os casos, deve ser fornecido, no ato, um número de chamado (protocolo) individual que possibilite ao TCMGO acompanhar seu andamento a qualquer momento.
- 5.5.** Os bens deverão ser entregues/ instalados no seguinte endereço Rua 68, nº 727 - Centro - Goiânia - GO - CEP 74055-100, em dias úteis, das 13h às 19h, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato.
 - 5.5.1.** Prevendo a mudança de sede da CONTRATANTE durante o período de execução do Contrato, o endereço para prestação de serviços poderá ser alterado pela CONTRATANTE a qualquer momento sem ônus adicionais à CONTRATANTE.
- 5.6.** O TCMGO reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade dos equipamentos fornecidos pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências contidas neste Termo de Referência, e se não apresentarem primeira qualidade, deverão ser substituídos por outros que atendam o TCMGO, sem ônus adicionais.
- 5.7.** Modelo de prestação de serviços ou fornecimento de bens:
 - 5.7.1.** Da solicitação:
 - a.** Todo e qualquer serviço ou fornecimento a ser demandado somente deverá ser executado pela CONTRATADA mediante ORDEM DE SERVIÇO/ FORNECIMENTO DE BENS (OS/FB), emitida pelo Gestor do Contrato.



- b. A interrupção na execução dos trabalhos não interrompe a contagem dos prazos estipulados neste Termo de Referência e nas Ordens de Serviço, salvo por motivo formalmente justificado pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE.
- c. O ônus de entregar os bens/equipamentos/materiais é exclusivo da contratada. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela contratada.
- d. Não serão consideradas excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela contratada para efetuar a entrega.
- e. A solicitação dos itens ocorrerá da seguinte maneira:

 - i A CONTRATANTE solicita a execução dos itens por meio de uma Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens (OS/FB), indicando, as informações requeridas na OS/FB.
 - ii A CONTRATADA não poderá recusar a execução de nenhuma OS/FB, sob pena de incorrer em inexecução parcial. Porém, poderá questionar e solicitar adequações na OS/FB, desde que aderentes aos itens previstos, ao contrato e a este Termo de Referência, para garantir a qualidade das entregas.
 - iii Caberá à CONTRATANTE acatar ou não as requisições da CONTRATADA.
 - iv A CONTRATADA, caso necessário, terá o prazo de 1 (um) dia útil, após a emissão da OS/FB, para questionar ou solicitar adequações junto à CONTRATANTE.
 - v A CONTRATANTE analisará os questionamentos ou solicitações da CONTRATADA e, em acatando, providenciará as adequações necessárias na OS/FB emitindo-a novamente.

- vi Durante o período de suporte, os serviços relacionados a problemas de software, deverão ser com atendimento telefônico ou por e-mail, com tempo de resposta segundo os “Níveis de Serviços Demandados” para abertura do chamado, o qual deve ser possível de ser aberto em central telefônica no Brasil, com telefone 0800 (ligação gratuita) e atendimento em Português, durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana. Devem ser fornecidas juntamente com a proposta técnica, informações básicas sobre o funcionamento deste serviço (telefone de contato, procedimentos necessários, e outros).
- f. A OS/FB poderá ser replanejada a qualquer momento a critério da CONTRATANTE, fato que deverá ser formalmente registrado e comunicado, ensejando a devolução (reabertura) dos prazos para execução dos itens objeto de alteração.
- g. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução dos itens contratados, impactando os prazos ou a qualidade do produto a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelos órgãos e entidades envolvidos, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério da CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas.

5.7.2. Do recebimento dos serviços:

- a. A CONTRATANTE efetuará o recebimento do objeto contratado provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto de acordo com o contrato.
- b. Em caso de rejeição total/parcial do objeto contratado, substituição ou demais hipóteses de descumprimento de outras obrigações contratuais, avaliadas na etapa de recebimento, sujeitarão a CONTRATADA à aplicação das sanções administrativas cabíveis.



c. Recebimento Provisório:

- i** A CONTRATANTE receberá provisoriamente o objeto contratado, que será decomposto em fases e pacotes de entrega mediante emissão de termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do objeto.
- ii** O recebimento provisório caberá ao fiscal técnico especialmente designado para acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente desta proposição.
- iii** O ato de recebimento provisório poderá ser suprimido quando as características do objeto permitirem identificar, de imediato, que as entregas atendem adequadamente aos requisitos previstos.

5.7.3. Recebimento Definitivo:

- a.** A CONTRATANTE efetuará o recebimento definitivo do objeto após realizar a verificação da qualidade, quantidade e se os itens fornecidos atendem aos requisitos estabelecidos.
- b.** Ocorrendo problemas durante a execução do recebimento definitivo, eles serão informados à CONTRATADA, que deverá providenciar as correções cabíveis.
- c.** Uma vez verificada a adequação dos serviços prestados ou dos itens entregues, o TCMGO efetuará o recebimento definitivo mediante emissão de termo circunstanciado em até 10 (dez) dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- d.** O recebimento definitivo caberá ao responsável da respectiva área contemplada pelo objeto entregue, um usuário chave da Gerência/Setor (definido pelo responsável da área) e ao gestor do contrato formalmente designado.
- e.** O objeto contratado será rejeitado caso esteja em desacordo com as especificações, devendo a CONTRATANTE apontar a ocorrência por escrito,

detalhando as razões para deixar de emitir o Termo de Recebimento Definitivo e indicando as falhas e pendências verificadas.

- f. O recebimento definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação ao funcionamento e configurações divergentes do especificado, durante todo o seu período de garantia.
- g. O recebimento definitivo é condição indispensável para o pagamento da etapa entregue.
- h. A CONTRATANTE ainda poderá impugnar quaisquer serviços prestados ou itens fornecidos mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, devendo a CONTRATADA proceder com os devidos ajustes no objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
 - 6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 6.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

- 6.5.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 6.6.** Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 6.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.9.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.
- 6.9.1.** Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no TCMGO.
- 6.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.12.** O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outro indicador que venha substituí-lo, na data de aniversário da assinatura do Contrato.
- 6.13.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados.

6.14. Vigência e Data de Início – O Contrato decorrente deste Pregão terá vigência de 36 (trinta e seis) meses.

6.14.1. O Contrato iniciar-se-á imediatamente após a habilitação do Pregão Eletrônico.

6.14.2. Prorrogação - O contrato poderá ser prorrogado, em conformidade com o artigo 105 e seguintes da Lei N° 14.133 de 2021, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosas para a Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Franquear o acesso dos representantes da CONTRATADA às instalações e infraestrutura de tecnologia da informação da CONTRATANTE, quando for necessário à execução dos serviços contratados;

7.2. Promover os pagamentos em moeda corrente nacional mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, após o ateste da nota fiscal;

7.3. Proporcionar os recursos técnicos e físicos necessários que lhe couberem para que a empresa CONTRATADA possa executar os serviços conforme as especificações detalhadas no edital;

7.3.1. Administração deverá fornecer a conectividade remota necessária para as ferramentas proprietárias da HPE (HPE Proprietary Service Tools), visando permitir o registro de incidentes automatizado e os alertas preditivos do HPE InfoSight, conforme exigência técnica do fabricante para a eficácia do suporte.

7.4. Levar ao conhecimento da CONTRATADA, por escrito, todo e qualquer fato que atrapalhe ou impeça a execução do serviço, bem como imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.5. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

7.6. Aplicar penalidades à CONTRATADA, por descumprimento contratual.

7.7. Exigir o afastamento e/ou substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas.

- 7.8.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados;
- 8.1.1.** A CONTRATADA deverá respeitar a classificação das informações produzidas ou custodiadas pelo Tribunal que vier a ter acesso por necessidade do serviço. Para isso, a CONTRATADA e os profissionais da CONTRATADA deverão assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança vigentes no TCMGO de acordo com o modelo indicado no ANEXO II-H.
- 8.2.** Manter, durante toda a execução do contrato deste objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso da vigência do contrato, algum documento perder a validade;
- 8.3.** Comunicar ao TCMGO, por escrito, qualquer anormalidade verificada na entrega dos componentes e prestar ao Órgão os devidos esclarecimentos, sempre que solicitado;
- 8.4.** Prestar todas as informações solicitadas pelo TCMGO com referência ao objeto adquirido, quando necessário;
- 8.5.** Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações do TCMGO, observando sempre os critérios de qualidade e boas práticas recomendadas pelo fabricante para implantação e configuração dos produtos objeto deste Termo de Referência e seus anexos;
- 8.6.** Zelar, através de seus colaboradores/representantes, pelo sigilo de toda e qualquer informação referente à infraestrutura de hardware e software, sistemas, dados hospedados em algum dispositivo de armazenamento, usuários, contribuintes, topologia, configurações, políticas de segurança e ao modo de funcionamento e tratamento das

informações do TCMGO, durante a vigência do contrato, bem como após o seu término, salvo quando houver autorização expressa do TCMGO para divulgação;

- 8.7.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 8.8.** Fornecer todos os documentos necessários (ex.: especificações técnicas, planilhas, diagramas de arquitetura, cronogramas etc.) em forma eletrônica e em formato compatível com as principais ferramentas Microsoft, tais como Word e Excel;
- 8.9.** Prestar suporte técnico ao time de TI do TCMGO para esclarecimentos de dúvidas, resolução de problemas técnicos e acompanhamento dos chamados encaminhados à HPE.
- 8.10.** Preposto:
 - 8.10.1.** No prazo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela fiscalização para representá-la administrativamente durante o período de vigência do contrato, sempre que for necessário;
 - a.** Na declaração deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
 - 8.10.2.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e demais assuntos relativos à execução contratual;
 - 8.10.3.** A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do TCMGO, inclusive quanto ao cumprimento dos normativos internos.
- 8.11.** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e capacidade de operação apresentadas na licitação e assinatura do instrumento;
- 8.12.** Manter, sem qualquer ônus adicional, estoque mínimo de materiais de consumo que impeça a interrupção dos serviços;
- 8.13.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços a que se obriga.
- 8.14.** É obrigação da CONTRATADA, apresentar comprovação do programa de destinação ambientalmente correta a ser dada a todos os recipientes e resíduos dos suprimentos,

em conformidade com a legislação Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

9. ESTIMATIVA DE PREÇO

9.1. A estimativa de preço da presente contratação foi elaborada com base nas informações constantes em item específico do Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente processo.

10. PAGAMENTO

10.1. Recebimento:

- 10.1.1** Os softwares serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.
- 10.1.2** Os serviços executados também serão atestados pelo fiscal do contrato, após verificação da conformidade técnica e da qualidade do serviço prestado, observando-se o disposto na proposta vencedora e neste Termo de Referência.
- 10.1.3** Os bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações contratuais, devendo ser substituídos ou refeitos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da contratada, às suas expensas.
- 10.1.4** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do aceite pelo fiscal do contrato e do recebimento da nota fiscal pela Administração.
- 10.1.5** O prazo para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado justificadamente por igual período, em caso de necessidade de diligências para aferição do cumprimento das exigências contratuais.

10.2. Liquidação:

10.2.1 A liquidação observará os critérios estabelecidos no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, com verificação do cumprimento integral do objeto contratado, da regularidade da documentação fiscal apresentada e da manutenção das condições de habilitação da contratada.

10.2.2 Havendo erro na nota fiscal ou pendência documental que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até a regularização pela contratada, reiniciando-se o prazo após o saneamento, sem ônus ao contratante.

10.3. Prazo e Forma de Pagamento

10.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada.

10.3.2 Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

10.3.3 A contratada optante pelo Simples Nacional fará jus à dispensa das retenções apenas mediante comprovação formal de sua condição no momento da emissão da nota fiscal.

10.4. No caso de atraso por parte da Administração, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data da efetiva quitação, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **pregão, na forma eletrônica**, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **menor preço**, sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.

11.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.2.1 Habilitação Jurídica:

- a** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- b** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



- b** Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado;
- c** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/INSS (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, e da Fazenda Pública do Estado de Goiás atualizadas;
- d** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
 - i** É permitida a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas instituída pela Lei nº 12.440/2011;
 - ii** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - iii** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.2.3 Qualificação Econômico – Financeira:

- a** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;
- b** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

11.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação orçamentária: 2024 0301 01 032 1006 2008, Grupo XX – XXXXXXXXX, Fonte 15000 100 (Receitas Ordinárias), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadradas na Natureza de Despesa – XXXXXXXXXXXXXXXX

Goiânia, data da assinatura digital.

Antônio de Carvalho Torres

Gerente de Infraestrutura e Segurança da Informação

De Acordo:

Marcelo de Oliveira

Superintendente de Tecnologia da Informação

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042716.2026.246.0.00000.0000**

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A presente aquisição visa:

1.1.1. O objeto da presente contratação é a prestação de serviços especializados de suporte técnico e renovação de garantia (modalidade Tech Care Critical) para a infraestrutura crítica de Data Center do TCMGO, abrangendo hardware e software do fabricante HPE:

CATSER	QTD	PRODUTO	DESCRIÇÃO	SERVIÇO
27740	HPE HARDWARE TECH SUPPORT			
	1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Manutenção
	1	P22139-B21-1	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
	1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
	1	R9W59C-1	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
	1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
	HPE REMOTE TECH SUPPORT			
	1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Suporte
	1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Suporte
	1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Suporte

1.1.2. Estima-se que a contratação venha suprir as necessidades de serviços de garantia e suporte, de hardware e software, do Data Center do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS (TCMGO), equipamento considerado imprescindível e essencial para o desempenho das atividades institucionais, cuja ausência ou indisponibilidade, mesmo que temporária, produziria um impacto direto nas atividades realizadas nesta Corte de Contas.

1.1.3. A presente contratação procura manter, de forma continuada e eficaz, todos os serviços supracitados por um período de 36 (trinta e seis) meses, com previsão de possível renovação de acordo com o Capítulo V – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Nº 14.133 de 2021.

a. O contrato resultante desta contratação conterá cláusulas que disciplinam, de forma detalhada, as regras aplicáveis à sua vigência, prorrogação e eventual repactuação, observando-se as disposições legais e regulamentares vigentes.

b. Destaca-se ainda que, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosas para Administração, é preferível a prorrogação, a fim de desonerar da Administração Pública com novas licitações.

1.1.4. A escolha pela renovação de suporte específico da marca HPE fundamenta-se na necessidade de manter a compatibilidade com a infraestrutura de Data Center 100% proprietária já instalada. A substituição por outra marca ou a contratação de suporte não oficial implicaria em custos desproporcionais de substituição de ativos e riscos elevados à continuidade de serviços críticos. Ademais, a competitividade resta preservada, uma vez que o suporte HPE é comercializado por múltiplos canais autorizados no mercado nacional.

1.1.5. Em caso de conflito entre a descrição dos itens constantes do catálogo do Governo Federal (CATMAT/CATSER) e as especificações deste Termo de Referência, prevalecerá a descrição constante neste documento, conforme permitido pela legislação aplicável.

1.1.6. O objeto da contratação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por envolver bens e/ou serviços usuais no mercado, com especificações padronizadas e desempenho objetivamente definido.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme DFD nº 066/2026, Serviço: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Condições de Fornecimento

3.1.1. Todos os equipamentos, produtos, acessórios, peças e softwares a serem fornecidos pela contratada para a implementação do objeto da contratação deverão ser novos e de primeiro uso e não constar, no momento da apresentação da proposta, em listas de end-of-sale, end-of-support ou end-of-life do fabricante, ou seja, não poderão ter previsão de descontinuidade de fornecimento, suporte ou vida, devendo estar em linha de produção do fabricante. Já os

softwares comerciais deverão, ainda, ser entregues em sua versão mais atualizada, e estar cobertos por contratos de suporte a atualização de versão do fabricante durante toda a vigência do respectivo serviço.

3.1.2. Todos os equipamentos serão entregues devidamente identificados, acondicionado em suas embalagens originais, lacradas e em perfeitas condições para armazenamento, de forma a permitir completa segurança, quanto à sua originalidade. Na falta de uma ou mais das características exigidas, será recusada, por parte da Gerência de Material e Patrimônio – TCMGO. A Nota Fiscal de Faturamento dos Equipamentos deve constar os PartNumber do Fabricante para garantia o perfeito recebimento consonando com a proposta comercial, evidenciando assim a transparência pública e a contratada será responsável pela desembalagem e posterior instalação dos produtos fornecidos. a. A responsabilidade pela desembalagem e instalação por parte da contratada refere-se à execução técnica dos chamados de suporte, compreendendo a instalação física de peças substituídas, aplicação de atualizações de firmware e softwares originais, bem como a reconfiguração necessária para restabelecer o SLA.

3.1.3. Considerando que o objeto é a renovação de garantia de ativos já instalados e em operação, as exigências de que os produtos sejam novos, de primeiro uso e entregues em embalagens originais e lacradas aplicam-se exclusivamente às partes, peças e componentes de reposição fornecidos pela contratada durante as manutenções corretivas ou preventivas.

3.1.4. A contratada deverá fornecer cabos (energia e fibras óticas), manuais e acessórios sempre que a substituição ou reparo de um componente defeituoso assim o exigir, garantindo que o equipamento retorne ao seu pleno funcionamento conforme os padrões do fabricante. Não se trata de fornecimento inicial de infraestrutura, mas de reposição por necessidade técnica durante a vigência do suporte.

3.1.5. Para fins de cumprimento do SLA de atendimento local (on-site) em 4 horas, a licitante vencedora deverá comprovar que dispõe de meios logísticos (sede, filial ou parceria técnica) na Região Metropolitana de Goiânia ou Brasília. Essa comprovação deverá ocorrer obrigatoriamente no ato da assinatura do contrato, como condição de eficácia para o início da prestação dos serviços.

3.2. Execução do Objeto

3.2.1. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitada, prestar os serviços na sede da CONTRATANTE.

3.2.2. Para fins da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá se deslocar às suas expensas, incluindo todos os custos de deslocamento, transporte, diárias, alimentação, hospedagem, adicionais noturnos ou quaisquer outros envolvidos.

3.2.3. Os serviços eventualmente realizados fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, sejam no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do TCMGO, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA.

3.2.4. Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e será incluído o dia do vencimento. Só se iniciarão e vencerão os prazos em dias úteis e de expediente no TCMGO.

3.2.5. Como padrão e quando não especificado em contrário, considerar-se-á como dia útil o período das 13h00 às 19h00, nos dias em que houver expediente no TCMGO.

3.2.6. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficarão a critério do CONTRATANTE.

3.3. Recursos da Garantia

3.3.1. Níveis de severidade

a. 1 - Crítico - Impacto no negócio crítico: Por exemplo, ambiente de produção inativo: sistema de produção ou aplicativo de produção inativo / criticamente impactado; corrupção / perda ou risco de dados; negócios gravemente afetados; questões de segurança e proteção continuidade de negócios gravemente afetada; questões de segurança.

b. 2 - Falha Intermitente - Impacto ou risco no negócio limitado: por exemplo, ambiente de produção disponível, mas algumas funções limitadas ou degradadas; uso severamente restrito; ambiente crítico de não produção ou problema de sistema.

c. 3 - Alertas - Sem impacto nos negócios: por exemplo, sistema de não produção (como sistema de teste) ou problema não crítico; contornar no local, instalações, perguntas ou solicitações de informações ou orientação.

3.3.2. Crítico

a. Resposta por telefone aprimorada – Retorno telefônico em 15 (quinze) minutos para incidentes de gravidade 1 - Crítico, e em 1 (uma) hora para gravidade 2 – Falha Intermitente e 3 - Alertas.

i Resposta remota 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), incluindo feriados.

b. Chamado para reparo de hardware em até 6 (seis) horas (SLA Callto-Repair);

i Resposta no local 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana; o serviço está disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados no Fabricante.

c. Durante o período de suporte, os serviços relacionados a problemas de software, deverão ser com atendimento telefônico ou por e-mail, com tempo de resposta segundo os “Níveis de Serviços Demandados” para abertura do chamado, o qual deve ser possível de ser aberto em central telefônica no Brasil, com telefone 0800 (ligação gratuita) e atendimento em Português, durante as 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. Devem ser fornecidas juntamente com a proposta técnica, informações básicas sobre o funcionamento deste serviço (telefone de contato, procedimentos necessários, e outros);

d. O fabricante do equipamento se compromete a fornecer peças, serviços e outros subsídios necessários à manutenção dos equipamentos durante o período de Garantia e Suporte;

e. A contratada deverá fornecer cabos (energia e fibras óticas), manuais e acessórios sempre que a substituição ou reparo de um componente defeituoso assim o exigir, garantindo que o equipamento retorne ao seu pleno funcionamento conforme os padrões do fabricante. Não se trata de fornecimento inicial de infraestrutura, mas de reposição por necessidade técnica durante a vigência do suporte.

3.4. A LICITANTE, no momento da habilitação, deverá apresentar

3.4.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante, no momento da habilitação, deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento satisfatório de objeto compatível com o item ou grupo licitado.

3.4.2. O atestado ou declaração deverá conter, obrigatoriamente: a. O nome da empresa ou órgão contratante; b. O nome do responsável pela emissão; c. O contato do responsável, contendo e-mail e/ou telefone.

3.4.3. Serão aceitos um ou mais atestados que, somados ou individualmente, comprovem a experiência na manutenção dos itens que compõem o Data Center (servidores, blades e aceleradores), independentemente de terem sido executados em um único contrato simultâneo.

3.4.4. A proposta de preço da licitante deverá vir acompanhada de documentação técnica (eletrônica) que comprove o atendimento de todos os requisitos do Edital.

3.4.5. Considera-se objeto compatível aquele que compreenda a prestação de garantia de peças para Data Center, com características técnicas equivalentes ou superiores às especificadas no objeto desta contratação, incluindo a reposição, manutenção e suporte de componentes de hardware de servidores, módulos computacionais e aceleradores, bem como serviços de suporte técnico local ou remoto, destinados a assegurar a continuidade operacional e a confiabilidade da infraestrutura crítica de tecnologia da informação.

3.5. Da prestação de serviços

3.5.1. O serviço será prestado nas dependências da Sede do TCMGO, situada na Rua 68, nº 727, Centro, Goiânia-GO, CEP 74055-100, em conformidade com os prazos de atendimento estabelecidos no Contrato (SLA)

3.5.2. Considerando que a sede do TCMGO, na vigência deste contrato será transferida para um novo endereço: Alameda dos Buritis, n.º 231 - Setor Oeste - Goiânia - GO - CEP: 74.015-907, ficará a cargo da empresa vencedora da licitação a continuação dos serviços contratados para a nova sede, sem qualquer ônus para a Contratante.

3.5.3. O Contrato bem como sua execução observará a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com cumprimento das normas e das boas práticas de governança de dados.

3.6. Caso houver diferente responsável por assinatura do Contrato gerado por esta contratação, enviar documentação pertinente do responsável.

3.7. Opção de contratação por meio da realização de procedimento de pregão, na forma eletrônica, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da

proposta de menor preço, sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. As quantidades dos equipamentos a seguir são as atualmente em uso no TCMGO:

PART NUMBER	MODALIDADE	MESES
HU4A3AC	3 Anos HPE Tech Care Critical SVC	36

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A renovação da garantia se apresenta como melhor opção no geral, levando em conta o princípio da economicidade e eficiência, cabe ainda mencionar que os equipamentos estipulados por este Estudo Técnico Preliminar e, conseqüentemente pelo Termo de Referência, ainda estão em tempo de vida útil esperada, e a fabricante, HPE, aceita fornecer a garantia pelo tempo solicitado por esta contratação.

5.2. Outra opção evidente seria a aquisição de novos equipamentos, os quais viriam com garantia de fábrica. Opção essa sendo mais onerosa que a escolhida, por se tratar da substituição dos equipamentos em sua totalidade.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Valores da RIGHT BUSINESS:

RIGHT BUSINESS			
QTD	PRODUTO	DESCRIÇÃO	SERVIÇO
HPE HARDWARE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Manutenção
1	P22139-B21-1	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	R9W59C-1	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
HPE REMOTE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Suporte
1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Suporte
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Suporte
VALOR TOTAL			R\$ 274.992,00

6.2. Valores da AGIS:

AGIS			
QTDAD	PRODUTO	DESCRIÇÃO	SERVIÇO
HPE HARDWARE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Manutenção
1	P22139-B21-1	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	R9W59C-1	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
HPE REMOTE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Suporte
1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Suporte
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Suporte
VALOR TOTAL			R\$ 296.991,36

6.3. Valores da MAPR:

MAPR			
QTDAD	PRODUTO	DESCRIÇÃO	SERVIÇO
HPE HARDWARE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Manutenção
1	P22139-B21-1	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	R9W59C-1	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
HPE REMOTE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Suporte
1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Suporte
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Suporte
VALOR TOTAL			R\$ 298.992,00

6.4. Mediana:

MEDIANA			
QTDAD	PRODUTO	DESCRIÇÃO	SERVIÇO
HPE HARDWARE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Manutenção
1	P22139-B21-1	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmpt Mdl	Manutenção
1	R9W59C-1	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Manutenção
HPE REMOTE TECH SUPPORT			
1	P05174-B21	HPE DL380 Gen10+ 12LFF NC CTO Svr	Suporte

1	P22139-B21	HPE SY480 Gen10+ Base CTO Cmppt Mdl	Suporte
1	R9W59C	NVIDIA A10 24GB PCIe NonCEC Accelerator	Suporte
VALOR TOTAL			R\$ 296.991,36

6.4.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 296.991,36 (duzentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

6.4.2. A mediana é utilizada como critério de cálculo em licitações por algumas razões importantes:

a. Representação mais precisa do mercado: A mediana é o valor que separa a metade superior da metade inferior de um conjunto de dados ordenados. Isso significa que ela representa o ponto central dos preços sem ser afetada por valores atípicos ou extremos, oferecendo uma visão mais estável do mercado.

b. Evita distorções causadas por valores discrepantes: Quando os preços coletados na pesquisa possuem pequenas variações, pode-se utilizar a média. Contudo, se os orçamentos obtidos forem bastante discrepantes, a mediana é a medida mais indicada. Isso ocorre porque a média é influenciada por todos os preços coletados, e se tivermos valores muito discrepantes, a média é substancialmente alterada.

6.4.3. Considerando a comparação dos valores unitários de cada cotação recebida, dos itens a serem adquiridos, nota-se a que as cotações estão na média de mercado e podem ser vantajosas nos aspectos da conveniência, economicidade e eficiência para a Administração Pública.

6.4.4. A estimativa de custos foi realizada com base em pesquisa de preços obtidos exclusivamente junto a fornecedores do mercado, por meio de cotações formais solicitadas pela Administração.

6.4.5. Ressalta-se que a pesquisa de preços junto ao Painel de Preços do Governo Federal e a outras bases oficiais não se mostrou adequada para este objeto.

6.4.6. Todos os valores contemplam período de 36 (trinta e seis) meses

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. RECURSOS DO SERVIÇO

7.1.1. GERAIS

- a. Acesso pelo telefone ou central automatizada a especialistas;
 - i 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);
 - ii Resposta aprimorada em 15 (quinze) minutos;
 - iii Durante o período de suporte, os serviços relacionados a problemas de software, deverão ser com atendimento telefônico ou por e-mail, com tempo de resposta segundo os “Níveis de Serviços Demandados” para abertura do chamado, o qual deve ser possível de ser aberto em central telefônica no Brasil, com telefone 0800 (ligação gratuita) e atendimento em Português;
 - iv Devem ser fornecidas juntamente com a proposta técnica, informações básicas sobre o funcionamento deste serviço (telefone de contato, **procedimentos** necessários, e outros).
- b. Bate-papo online com especialistas;
- c. Respostas ao fórum de dúvidas online dadas por especialistas;
- d. Orientação técnica geral;
- e. Assistência HPE InfoSight;
- f. Alertas preventivos HPE InfoSight;
- g. Registro de incidentes automatizado;
- h. Bibliotecas de dicas técnicas;
- i. Acesso a informações e serviços de suporte eletrônico;
- j. Gerenciamento de interrupções (apenas no nível de serviço Crítico).

7.1.2. DE HARDWARE

- a. Suporte a diagnóstico de problemas remotos;
- b. Suporte a hardware no local; c. Peças e materiais de substituição;
- d. Orientação Visual Remota da HPE (VRG, “Visual Remote Guidance”);
- e. Painéis do HPE InfoSight;
- f. Insights de cargas de trabalho do HPE InfoSight;
- g. Atualizações de firmware para produtos selecionados;
- h. Suporte colaborativo e assistência colaborativa;

- i. Manutenção periódica (para produtos selecionados);
- j. Chamado para reparo de hardware em até 6 (seis) horas (apenas no nível de serviços de Crítico);
- k. Retenção de Mídia com Defeito (RMD);
- l. Retenção Completa de Material com Defeito (RCMD);
- m. Serviço de Troca de Hardware.

7.1.3. DE SOFTWARE

- a. Licença para usar atualizações de software;
- b. Suporte a software;
- c. Suporte consultivo para instalação;
- d. Recursos de software e suporte operacional;
- e. Atualizações de produto de software e documentação.

7.1.4. MANUTENÇÃO PERIÓDICA E PROATIVA ATRAVÉS DAS ANÁLISES DO HPE INFOSIGHT

- a. Manutenção proativa (apenas serviços contratuais HPE).

7.2. OPÇÃO DE NÍVEL DE SERVIÇO

7.2.1. CRÍTICO

- a. Resposta por telefone aprimorada – Retorno telefônico em 15 minutos para incidentes de severidade 1, e em 1 hora para severidade 2 e 3.
 - i Resposta remota 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), incluindo feriados.
 - ii O tempo de resposta de 15 minutos refere-se ao início do atendimento técnico especializado por engenheiro certificado, visando o diagnóstico inicial, e não apenas ao atendimento telefônico administrativo de abertura de chamado.
- b. Gerenciamento de interrupções para incidentes de severidade 1;
 - i Resposta remota 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), incluindo feriados.

- ii A Administração deverá fornecer a conectividade remota necessária para as ferramentas proprietárias da HPE (HPE Proprietary Service Tools), visando permitir o registro de incidentes automatizado e os alertas preditivos do HPE InfoSight, conforme exigência técnica do fabricante para a eficácia do suporte.
- c. Chamado para reparo de hardware em até 6 (seis) horas (SLA Callto-Repair);
 - i Resposta no local 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), incluindo feriados.
- d. Acesso 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) a recursos de autoatendimento e autorresolução de problemas;
- e. Registro de incidentes 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);
- f. Análises HPE InfoSight e submissão automatizada de incidentes 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), para dispositivos compatíveis.

7.3. NÍVEIS DE SEVERIDADE

7.3.1. Severidade 1 - Impacto crítico nos negócios: Por exemplo, ambiente de produção inativo: sistema de produção ou aplicativo de produção inativo ou com risco grave; corrompimento/perda ou risco de dados; continuidade de negócios gravemente afetada; questões de segurança.

7.3.2. Severidade 2 - Impacto ou risco limitado nos negócios: Por exemplo, ambiente de produção disponível, mas com algumas funções limitadas ou degradadas; uso severamente restrito; ambiente crítico de não produção ou problema no sistema.

7.3.3. Severidade 3 - Sem impacto nos negócios: Por exemplo, sistema de não produção (tal como sistema de teste) ou problema não crítico; solução em andamento, instalações, questões ou solicitações de informações ou orientações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. Neste caso, o objeto em questão é considerado único e integrado, caracterizando-se por sua natureza indivisível. O parcelamento não se mostra aplicável, visto que a fragmentação poderia comprometer a coesão e a eficácia desejadas na execução contratual. A divisão do objeto poderia gerar incompatibilidades técnicas ou operacionais, aumentando os riscos de execução, além de

possíveis elevações nos custos totais devido à necessidade de compatibilizar diferentes fornecedores ou tecnologias.

8.2. Diante do exposto, não haverá parcelamento para o referido objeto.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Pretende-se atender às necessidades de garantia e suporte, abrangendo hardware e software, do Data Center do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, por meio de serviço do fabricante, disponibilizado e comercializado por rede de parceiros autorizados.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Não há necessidade de providências prévias neste Contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ INTERDEPENDENTES

11.1. Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. É obrigação da CONTRATADA, apresentar comprovação do programa de destinação ambientalmente correta a ser dada a todos os recipientes e resíduos dos suprimentos, em conformidade com a legislação Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Opção de contratação por meio da realização de procedimento de pregão, na forma eletrônica, com fundamentos na hipótese do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço, sendo garantida a padronização, qualidade e economia dos recursos públicos.

13.2. A contratação é viável e necessária sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário. a. A contratação é tecnicamente viável, pois a solução atende integralmente aos requisitos institucionais do TCMGO, garantido compatibilidade com os sistemas existentes, qualidade e desempenhos adequados, além de atender às normas e padrões técnicos aplicáveis, assegurando a eficácia na execução das atividades previstas. b. Do ponto de vista operacional, a contratação

contribuí para a continuidade e eficiência da rotina do TCMGO, garantindo suporte a atividades e oferecendo meios adequados para a execução das tarefas institucionais de forma organizada e funcional. c. Do ponto de vista orçamentário, a demanda consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do TCMGO e possui previsão de recursos em dotação orçamentária específica, assegurando a regularidade da contratação.

13.3. A contratação atende aos princípios da economicidade, eficiência, interesse público e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o fortalecimento da infraestrutura institucional e para a continuidade das atividades essenciais do TCMGO.

Goiânia, data da assinatura digital.

Antônio de Carvalho Torres

Gerente de Infraestrutura e Segurança da Informação

De Acordo: Marcelo de Oliveira

Superintendente de Tecnologia da Informação

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042716.2026.246.0.00000.0000**

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº XXX/2026

Contratação de empresa especializada para prover serviços especializados de suporte técnico e renovação de garantia, na modalidade HPE Tech Care Critical, para a infraestrutura de Data Center do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO, que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS** e a empresa **XXXXX**.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ(MF) sob nº 02.600.963/0001-51, com sede na Rua 68, nº 727, Centro, Goiânia – GO, CEP: 74055-100, neste ato representado pelo Conselheiro Presidente, **JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO**.

CONTRATADA EMPRESA VENCEDORA, inscrita no CNPJ(MF) sob o n.º 00.000.000/0000-00, localizada na **XXXXXXXXXXXX** neste ato representada por **REPRESENTANTE DA EMPRESA**, inscrito no CPF sob o n.º 000.000.000-00.

Os **CONTRATANTES** acima qualificados celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 90000/26, conforme Termo de Homologação, da Presidência do TCMGO, nos autos do Processo n.º 42716.2026.246, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, realizado nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21 e da Lei Estadual n.º 17.928/2012, com suas alterações e

legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico e renovação de garantia, na modalidade HPE Tech Care Critical, aplicável aos equipamentos do Data Center do TCMGO, abrangendo hardware e software do fabricante HPE, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	HPE Hardware Tech Support e HPE Remote Tech Support	27740	Assinatura	1	R\$ XXXX	R\$ XXXX
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ XXXX

1.3. Vinculam está contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta da Contratada;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses contados a partir **de XX de mês de 2026 a XX de mês de 2029**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar o interesse da Administração, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata o item 2.2 é condicionada a comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, que integram este contrato para todos os fins.
- 3.2.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3.** O fiscal do contrato registrará as ocorrências relacionadas à execução e determinará, quando necessário, as providências para a regularização de falhas ou imperfeições observadas.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1.** O valor total da contratação é de **R\$ XXXXXX,00 (.....)**.
- 5.2.** As despesas decorrentes dos serviços relativas ao presente exercício correrão à conta do crédito orçamentário na Classificação Orçamentária: 2026 0350 01 032 4200 4228, Grupo 04 – Investimentos, Fonte 27590 141 (Recursos Vinculados a Fundos – Exercícios Anteriores), Tipo de Recurso – Tesouro Estadual, sendo enquadrada na Natureza de Despesa 4.4.90.40.16 – Manutenção, Conservação e Instalação de Equipamentos de Tecnologia da Informação.
- 5.3.** Para fazer face à despesa, foi emitida Nota de Empenho n.º 00000 pelo CONTRATANTE, em **DIA/MÊS/2026**.
- 5.4.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após a entrega dos produtos e ou serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, devidamente preenchido, atestado pelo Gestor do contrato e, acompanhada das Certidões que comprovem a sua devida Regularidade Fiscal, observando o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo de Referência.

6.2. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

6.3. O Gestor do contrato não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

6.6. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.7. A administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação; b) identificar possível razão que impeça a participação em pregão eletrônico, no âmbito do órgão, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10.1. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

6.11. O pagamento será creditado em favor da adjudicatária, por meio de Ordem Pagamento, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isto, ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

6.11.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, o índice de reajuste a ser adotado deverá ser o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por outro indicador que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O Catálogo de Soluções de TIC (PMC-TIC) da SGD/MGI, servirá como parâmetro de preço máximo aceitável, protegendo a Administração contra sobrepreços durante prorrogações contratuais.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Promover, através de seu Gestor/Fiscal, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços de suporte técnico, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

8.2. Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

8.3. Aplicar penalidades à CONTRATADA por descumprimento contratual.

8.4. Fornecer à CONTRATADA todas as informações relevantes, solicitadas ou necessárias para o pleno desenvolvimento dos serviços, bem como prestar informações adicionais, dirimir dúvidas e orientar nos casos omissos, quando ocorrer, garantindo, ainda, as condições sob sua responsabilidade para que a empresa cumpra integralmente as obrigações pactuadas, com máxima presteza e mediante solicitação escrita.

8.5. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, às dependências do TCMGO, nos locais em que devam executar as atividades de suporte técnico, manutenção corretiva ou preventiva dos equipamentos abrangidos pelo contrato.

8.6. Comunicar à CONTRATADA as irregularidades, falhas ou defeitos observados no objeto do contrato.

8.7. Realizar o (s) pagamento (s) decorrente (s) das demandas atendidas, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual, somente após o atesto da execução satisfatória dos serviços contratados.

8.8. Programar os serviços a serem executados pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e garantindo, em todas as situações, as condições de segurança das instalações, dos funcionários e do patrimônio do TCMGO.

8.9. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas adicionais, sempre observando o limite da legislação trabalhista.

8.10. É vedado ao CONTRATANTE e ao seu representante exercer autoridade hierárquica sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

8.11. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.12. O TCMGO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada e reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a execução dos serviços contratados, se ele atende a todas as especificações deste Termo e, ainda, aplicar multas ou rescindir o contrato, caso a empresa descumpra quaisquer de suas cláusulas.

8.13. O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover ajustes no planejamento ou cronograma de execução das tarefas, cabendo à CONTRATADA cumprir integralmente as determinações, em conformidade com o objeto e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.14. O CONTRATANTE reserva-se o direito de estabelecer os controles necessários ao acompanhamento, fiscalização e aferição da prestação dos serviços, bem como promover

alterações justificadas no planejamento da execução, cabendo à CONTRATADA cumprir suas determinações.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Realizar reuniões e entrevistas a fim de elucidar todas as questões relativas à execução dos serviços, uso dos equipamentos e outros que porventura surgir;

9.2. Observar as normas relativas ao sigilo e à confidencialidade de informações e dados disponibilizados;

9.3. Observar as normas de segurança no caso de acesso às dependências da CONTRATANTE;

9.4. Informar a CONTRATANTE, por escrito, quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do presente contrato;

9.5. Arcar com todas as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços etc., sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, inclusive quando da retirada para manutenção;

9.6. Instalar somente equipamentos e componentes novos, de primeiro uso, nas configurações mínimas exigidas, originais e em plenas condições de uso, conforme orientação do fabricante;

9.7. Prover os serviços apenas com os técnicos próprios ou parceiros autorizados;

9.8. Garantir o respeito, por parte de seus empregados, às normas internas das unidades da CONTRATANTE onde serão prestados os serviços;

9.9. Prover seus funcionários de uniformes que deverão ser apresentados sempre limpos, identificados por meio de crachás com foto, nome e função visíveis, substituindo-os, em no máximo 24 horas, quando se mostrarem inconvenientes à permanência nas dependências da CONTRATANTE, a julgamento justificado desta;

9.10. Indicar representante para fazer a comunicação e o relacionamento com a CONTRATANTE, de acordo com Contrato;

9.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação e capacidade de operação apresentadas na licitação e assinatura do instrumento;

9.12. Manter, sem qualquer ônus adicional, estoque mínimo de materiais de consumo que impeça a interrupção dos serviços;

9.13. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços a que se obriga;

9.14. Prestar atendimento técnico remoto 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), por telefone 0800 e por e-mail, em língua portuguesa, observando os tempos de resposta previstos no SLA da modalidade HPE Tech Care Critical, conforme especificações do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a CONTRATADA sujeita às seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa sobre o valor total do contrato pela inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, que sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

b) Inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado.

d) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço/entrega não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

11.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, além das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) Não entregar a documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Causar o atraso na execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Declarar informações falsas;
- j) Cometer fraude fiscal.

11.1.4. As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

11.1.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.1.6. A inexecução contratual também poderá dar causa à rescisão contratual, nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será recolhida em favor do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou será descontada dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou, ainda, quando estas não ocorrerem ou não forem suficientes, o saldo será inscrito na Dívida Ativa do Estado e cobrado judicialmente.

11.3. A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso no fornecimento dos itens ou da prestação dos serviços for devidamente

justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração da CONTRATANTE, que fixará novo prazo, improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS – TCMGO e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

c) Em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação de serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCMGO. Os dados

tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) Em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) As medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

f) Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

g) Na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCMGO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

h) Os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCMGO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

13.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no às regras para o Tratamento de Dados Pessoais do TCMGO estabelecidas no Anexo I da Resolução Administrativa nº 184/2021, nas Políticas de Tecnologia da Informação, de Segurança da Informação e de Gestão de Riscos estabelecidas na Resolução Administrativa nº 106/2017 e na Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO

DE GOIÁS, disponíveis do sítio eletrônico do TCMGO (<https://www.tcmgo.tc.br>), cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

13.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCMGO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

13.4. A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgão de controle administrativo.

13.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, por meio do sítio eletrônico da Ouvidoria (<https://www.tcmgo.tc.br/ouvidoria/>) , quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve-se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCMGO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13.6. A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCMGO, através do canal de Ouvidoria deste Tribunal, mediante o preenchimento de formulário específico do Sistema Ouvidoria TCMGO, disponível no sítio eletrônico do TCMGO, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

13.7. A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCMGO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de Processo: 04533/22 Data: 31/10/2022 14:00:04 Folha: 8 de 19 8 dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

13.8. A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCMGO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

13.9. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

13.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

13.11. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Goiânia para solucionar quaisquer dúvidas decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Goiânia, DIA de MÊS de 2026.

JOAQUIM ALVES DE CASTRO NETO

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

CONTRATADA



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/26

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042716.2026.246.0.00000.0000

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL					R\$ XXXXX

- ✓ Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- ✓ Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços.
- ✓ Declaramos expressamente que nos sujeitaremos às normas do presente edital, bem como a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações.
- ✓ O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.
- ✓ Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Tel./Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

CPF/MF:

Cargo/Função:

RG nº:

Expedido por:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Goiânia, de de 2026.

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/26

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00042716.2026.246.0.00000.0000

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES NO TCMGO

A empresa [**nome da empresa**], pessoa jurídica com sede em [**endereço**], inscrita no CNPJ/MF com o nº [**CNPJ**], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do TCMGO reveladas à CONTRATADA em razão da execução dos serviços objeto do contrato Nº [**xx/aaaa**], doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes naquele órgão durante a realização dos serviços.
2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros.
3. A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do TCMGO, das informações restritas reveladas.

4. A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, as informações restritas reveladas.
5. A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao TCMGO, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
6. A CONTRATADA declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre seus colaboradores envolvidos na execução do CONTRATO a Política de Segurança da Informação do TCMGO e normativos correlatos.
7. A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao CONTRATO.
8. A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TCMGO qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
9. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do TCMGO, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o TCMGO e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o TCMGO. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todos os danos e perdas sofridos pelo TCMGO, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
10. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do TCMGO.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a CONTRATADA assina o presente termo através de seus representantes legais.

Goiânia, Goiás, ____ de _____ de 20__.

[nome da empresa]

Nome/Cargo